



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

As catástrofes também se evitam

“Infelizmente, em algumas ilhas há locais e zonas de risco já sinalizados, sobejamente conhecidos das pessoas e de urgente resolução, mas quem pode, nada faz. Remedeia e tudo continua como dantes...ou pior. A inoperância, neste casos, é uma afronta grave à vida e ao bem estar das pessoas e denota incompetência que se paga muito caro.”

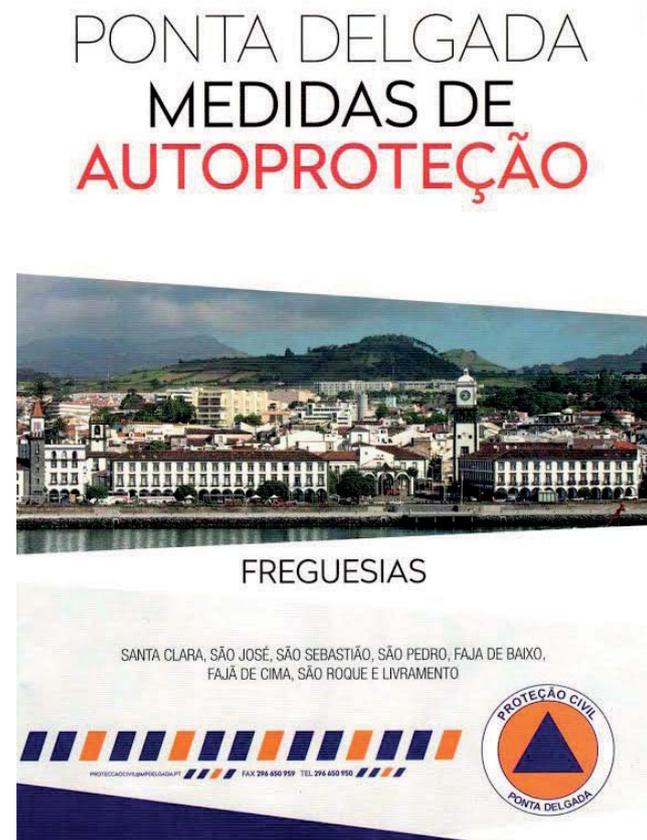
Nem de propósito! Por estes dias recebi um prospeto do Município de Ponta Delgada, superiormente coordenado pelo reputado geólogo e vulcanólogo Professor Doutor Victor H. Forjaz, intitulado: “Ponta Delgada – medidas de autoproteção”.

Trata-se de um documento muito interessante, que constitui um valioso contributo para elucidar os habitantes das freguesias citadinas sobre como se devem comportar e melhor entender o que se passa na natureza. Integra uma série de mapas de zonas de potenciais perigos e riscos sísmicos e erupções freáticas, com gráficos simples e didáticos sobre a atividade dos fenómenos vulcânicos. Num excelente mapa, em toda a dimensão do desdobrável, englobando as freguesias de Santa Clara, São José, São Sebastião, Fajãs de Cima e de Baixo, São Pedro, São Roque e Livramento, assinala-se as falhas ativas, sinaliza-se as estruturas de resposta em eventuais situações de catástrofe, dá-se instruções detalhadas da Escala Mercalli modificada, indica-se o que fazer antes, durante e depois de um sismo e quais os perigos ou riscos naturais existentes no concelho.

A toda esta informação apresentada de forma interessante, como convém, ainda se apresentam mapas da ilha de São Miguel com as zonas de perigos de erupções freáticas (Sete Cidades, Fogo e Furnas), zonas de maior potencial de perigo vulcânico e áreas de maior risco/perigo sísmico. Enfim, um pequeno/grande compêndio de sismologia e vulcanologia destinado ao cidadão comum, iniciativa que importa relevar.

Por isso apelo aos municípios que não disponham de informação de autoproteção para tomarem iniciativa idêntica e não guardarem para depois das situações acontecerem.

Ao longo das mais de quatro décadas de Regime Autónimo



fomos fustigados por catástrofes que abalaram quase todas as ilhas.

Em 1 de Janeiro passado, recordou-se o sismo de 1980 que atingiu as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa. Causou 73 mortos, mais de 400 feridos e 20 mil desalojados.

Quase 20 anos depois, em 1997, um deslizamento de terras provocou 29 mortos na Ribeira Quente e desalojou 114 pessoas.

Um ano mais tarde, na madrugada de 9 de julho, um sismo de magnitude 5,8 na escala de Richter atingiu as ilhas do Faial e do

Pico, provocando 9 mortes, uma centena de feridos e milhares de desalojados. Mais de 1.500 casas ficaram totalmente destruídas.

A história trágica destas ilhas sismo-vulcânicas dura há séculos e deverá continuar, espera-se com menores consequências, face à renovação do património edificado e das melhorias introduzidas em muitos domínios. Quem aqui vive, tem a noção das consequências negativas desses eventos, que afetam a qualidade de vida e o natural apego à terra onde vive.

Há todavia ainda muito a fazer. Compete, às autarquias e às

entidades regionais fazer cumprir a legislação em vigor para salvaguardar o património construído, incrementando, apoiando e facilitando processos burocráticos para recuperação e reconstrução anti-sísmica, sem abdicar da competente fiscalização.

Impõe-se também salvaguardar quem circula nos espaços públicos e nas vias de comunicação, dotando-as de adequados níveis de segurança. Neste setor muito há a fazer, não numa perspetiva reativa, como habitualmente acontece, mas prevenindo deslizamentos de terras, seja na costa, seja em terra, nomeadamente nas vertentes íngremes e perigosas.

Neste tempo invernos, as chuvas fortes, os galgamentos de linhas de água por entupimentos de troncos de árvores e de outros detritos, bem como das investidas do mar em conhecidas zonas costeiras, não podem continuar a constituir uma inevitabilidade sem solução.

A evolução da ciência e da técnica permite às autoridades elaborarem planos e implementar ações que minorem os perigos e riscos naturais.

Infelizmente, em algumas ilhas há locais e zonas de risco já sinalizados, sobejamente conhecidos das pessoas e de urgente resolução, mas quem pode, nada faz. Remedeia e tudo continua como dantes...ou pior.

A inoperância, neste casos, é uma afronta grave à vida e ao bem estar das pessoas e denota incompetência que se paga muito caro.

Oxalá “medidas de autoproteção” necessárias sejam tomadas para salvaguarda de pessoas e bens, o mesmo é dizer, para a tão desejada segurança dos habitantes destas ilhas atlânticas.